

# Dívida pública do RS vai além dos Cr\$ 19 bilhões

Da sucursal de  
PORTO ALEGRE

A dívida pública do Rio Grande do Sul, no momento, é de Cr\$ 19.207 bilhões, valor superior ao total da proposta orçamentária para o próximo ano, onde se prevê receita e despesa da ordem de Cr\$ 19.202 bilhões e a tendência é de aumentar. Os técnicos do governo e da oposição afirmam que isso ocorrerá não apenas por causa do serviço da dívida (juros e taxas), mas também pela contínua queda de arrecadação do Estado que o obriga a conseguir de terceiros os recursos necessários para seu próprio funcionamento e para os investimentos.

Um técnico explicou que com essa dívida, mesmo estagnada totalmente, o Estado não teria condições de saldá-la. Outro acrescentou que desde 1976, conforme parecer do Tribunal de Contas, para cada cruzeiro arrecadado o Estado já tinha mais de um de dívida. Naquele ano, pela primeira vez, a dívida do Estado ultrapassou a receita. Numa empresa comercial, essa situação é de insolvência.

Os dados sobre a dívida do Rio Grande do Sul foram divulgados pelo governador Synval Guazzelli num documento de 116 páginas que enviou à Assembleia Legislativa em resposta a uma série de perguntas do MDB relacionadas com a discussão do orçamento de 1978. Só as autarquias, fundações e sociedades de economia mista devem Cr\$ 10,7 bilhões, sendo Cr\$ 937,9 milhões a curto prazo (até um ano).

A dívida das Fundações é a menor das três — Cr\$ 75,8 milhões — e a das sociedades de economia mista a maior — Cr\$ 7,5 bilhões. As autarquias devem Cr\$ 3,1 bilhões, aparecendo o Departamento de Estradas de Rodagem (Cr\$ 2,3 bilhões) e o Instituto Rio-Grandense do Arroz (Cr\$ 1,5 bilhão) como os maiores devedores. Entre as empresas de economia mista, a Companhia Estadual de Energia Elétrica (Cr\$ 4,3 bilhões) e a Companhia Rio-grandense de Telecomunicações (Cr\$ 1,2 bilhão) são as que mais devem.

Para ultrapassar este impasse, os gaúchos só vêem duas soluções. A primeira é uma contenção de gastos — que já está sendo posta em prática, segundo o governador — e a outra é uma reforma tributária que aumente as receitas próprias dos Estados que atualmente “são insuficientes para atender aos reclamos da comunidade”. É necessário, conforme os técnicos, “uma reavaliação do atual sistema tributário brasileiro, a fim de dar aos Estados receitas compatíveis com os encargos que lhes são atribuídos. Enquanto isso não for possível continuarão os Estados na dependência de recursos de terceiros para que seja alcançado o equilíbrio orçamentário.

## AGRAVAMENTO

A situação do Rio Grande do Sul é agravada pelas dívidas que outros órgãos e empresas, inclusive do próprio Estado, têm com suas empresas de economia mista. O Estado deve para o Estado. Órgãos públicos federais, estaduais e municipais são os maiores devedores da Compa-

nhia Rio-grandense de Telecomunicações e da Companhia Estadual de Energia Elétrica.

Entre os 50 maiores devedores da CRT (a dívida totaliza Cr\$ 75,3 milhões) não há nenhuma empresa privada, mas estão relacionadas quase todas as Secretarias de Estado, diversas Prefeituras, a Assembleia Legislativa, a Consultoria Geral do Estado, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Ibra, Ministério do Exército, INPS, EBCT, Rede Ferroviária Federal, diversos Ministérios e o Banco Central. A Secretaria da Segurança tem a maior dívida — Cr\$ 19,1 milhões, seguida da Assembleia, Cr\$ 7,7 milhões.

Também para a Companhia Estadual de Energia Elétrica os maiores devedores (a dívida totaliza Cr\$ 72,3 milhões) são as Prefeituras, cooperativas, EBCT, Embrapa, Portobrás, mas aqui aparecem algumas empresas privadas, como os “Diários e Emissoras Associados”, que devem Cr\$ 1,3 milhão em energia elétrica, e a Empresa Estatal Federal Aços Finos Piratini, que deve Cr\$ 3 milhões. A maior dívida é da Prefeitura de Ijuí: Cr\$ 20,4 milhões. A Companhia Rio-grandense de Saneamento também tem uma série de devedores (Cr\$ 289 mil), mas todos são empresas privadas como a Mello Pedreira (Cr\$ 179 mil), a Italex S/A (Cr\$ 63 mil), Conexões Pauther (Cr\$ 26 mil) e a Haupt São Paulo S/A (Cr\$ 16 mil).

Sem considerar empréstimos e financiamentos, estas três empresas — CRT, CEEE e Corsan — têm, também, uma série de credores. A CRT deve Cr\$ 1,6 bilhão; a CEEE Cr\$ 217,5 milhões; e a Corsan Cr\$ 5,4 milhões.

## DESAPROPRIAÇÕES

A situação dos pagamentos das desapropriações feitas pelo Estado, na área do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem e na da Cooperativa Habitacional do Estado do Rio Grande do Sul, já é suficiente para mostrar o que poderá ocorrer futuramente. De acordo com o ritmo de pagamento que vem sendo seguido, só daqui a 32 anos estarão salda das as dívidas atuais da Cohab.

Na área do DAER estão prontos, aguardando pagamento, 415 processos que totalizam Cr\$ 17 milhões. Outros 1.145, no valor de Cr\$ 40 milhões estão tramitando. Em 1977 foram pagos processos no valor de Cr\$ 4,1 milhões. Tudo isso de forma extrajudicial. Na Justiça estão tramitando processos no valor de Cr\$ 1,9 milhão. Já foram decididos processos no valor de Cr\$ 3,8 milhões, mas a autarquia só conseguiu pagar Cr\$ 1,7 milhão.

Na área da Cohab-RS estão sendo discutidos na Justiça cerca de 120 ações de desapropriação que totalizam 3.200 hectares para construção de moradias populares. A previsão de despesa é de Cr\$ 640 milhões. No corrente exercício, a Cohab-RS pagou a importância de Cr\$ 20,8 milhões referente a indenizações em ações de desapropriação. Se esse ritmo for mantido nos próximos exercícios, serão necessários então 32 anos para cumprimento de todos os compromissos.